



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA

NÁIRA SANTOS ROCHA

A PESSOA CEGA E SUAS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS

Salvador
2010

NÁIRA SANTOS ROCHA

A PESSOA CEGA E SUAS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dr. Theresinha Guimarães Miranda

Salvador
2010

TERMO DE APROVAÇÃO

NÁIRA SANTOS ROCHA

A PESSOA CEGA E SUAS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS

Banca Examinadora

Theresinha Guimarães Miranda _____
Profª Dra. em Educação pela Universidade de São Paulo.
Orientadora
Universidade Federal da Bahia

Nelma de Cássia Silva Sandes Galvão _____
Profª Dra. em Educação pela Universidade Federal da Bahia.
Universidade Federal da Bahia

Élida Cristina Santos da Silva _____
Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia.
Universidade Federal da Bahia

Salvador

2010

Aos

Meus pais Moisés e Núbia e a minha Vó Eron, por sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Eles são muitos e super especiais, pois cada um tem o seu significado e a sua importância, na minha trajetória acadêmica e de vida...

A Deus e aos Espíritos Luz, por me guiarem e me darem força nos momentos de inquietação e medo de não conseguir terminar este trabalho.

A minha mãe e ao meu pai, pelo amor, dedicação, torcida, admiração e confiança sempre incondicionais.

A minha amada Vó Eron, pela preocupação cotidiana, pelo amor e pelo carinho.

A minha Vó Amélia, por sempre torcer por mim.

A minha Dinda, pela inspiração e pelo exemplo.

Ao meu Dindo e a tio Paulinho, por sempre acreditarem em mim.

Ao tio Jorge, que mesmo não estando mais na vida material, eu tenho certeza que no lugar onde ele está a torcida pelo meu crescimento esteve e é presente.

A meu primo-irmão Vini, pelos momentos de descontração....sem você não sei o que seria de mim!

Aos meus irmãos, Gabriel e Clara, pelos sorrisos, pela alegria de sempre.

À minha princesa e garantia do meu sorriso, minha Melissinha.

Às minhas amigas de curso: Greice, Keila e Priscila, que estiveram comigo desde sempre. Em especial a minha fofíssima Thais, que com seu jeito meigo, alegre, carinhoso e, acima de tudo, atencioso me deu grande força para continuar esse longo trabalho.

À Élida “Elen”, minha co-orientadora super paciente e atenciosa. Sem as suas observações não sei o que seria de mim.

Ao GEINE pelo acolhimento e, em especial, a Drica, Vanessa, Priscila, Daiane, Amanda e Marcus Welby por todos os momentos vividos, tanto de aprendizagem, quanto de diversão.

À profª Drª Theresinha G. Miranda, pelo aprendizado, paciência, confiança e pela orientação realizada com atenção e cuidado.

A todos que, de alguma maneira, fizeram parte da minha caminhada, vibrando pela minha vitória.

Muito obrigada!!!

Se teu sonho for maior que ti
Alonga tuas asas
Esgarça os teus medos
Amplia o teu mundo
Dimensiona o infinito
E parte em busca da estrela...

Voa!

Ivan Lins / Lêda Selma

RESUMO

Presente estudo monográfico tem como objetivo compreender como a pessoa cega congênita constrói as suas representações simbólicas, tanto a imagem mental, quanto o desenho. Para isso, buscou-se conhecer através de adolescentes cegos, os mecanismos utilizados por eles, para realizar essas representações. Participaram deste trabalho três adolescentes, todos cegos congênitos, estudantes da rede pública de Salvador, todos da rede estadual e com acompanhamento especializado através do Instituto de Cegos da Bahia. Na análise das respostas, observou-se que o tato é o principal canal sensorial utilizado por eles, para conhecer o mundo em que vive e, assim, formar as suas representações mentais, como também, é importante que as pessoas promovam o cego ao convívio com o ambiente e que, os estímulos direcionados a ele estejam diretamente ligados ao seu cotidiano. Para compreender este estudo, foram utilizados como embasamento teórico, ideias trazidas por Ormelezi (2000), Galvão (2004), Araújo (2007) entre outros, as quais possibilitaram estabelecer relações entre as afirmações trazidas pelos entrevistados. No entanto, há a necessidade que se realizem outras pesquisas sobre a temática, pois dessa maneira, questões e até mesmo mistificações acerca das representações simbólicas do cego poderão ser esclarecidas.

Palavras Chave: Pessoa Cega; Representação Simbólica; Percepção.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA BREVE REFLEXÃO	13
2.1 CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA VISUAL.....	13
2.2 O PROCESSO HISTÓRICO DA PESSOA CEGA.....	16
2.3 A CRIANÇA CEGA E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	19
2.3.1 A PERCEPÇÃO.....	21
2.3.2 O TATO.....	22
2.3.3 A CINESTESIA.....	23
3. AS REPRESENTAÇÕES MENTAIS E GRÁFICAS NA PESSOA CEGA	25
3.1 A REPRESENTAÇÃO MENTAL.....	25
3.2 IMAGEM.....	26
3.3 DESENHO.....	29
4. RELATOS DOS JOVENS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM E DO DESENHO	33
4.1 A PESQUISA.....	33
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
4.3 AS ENTREVISTAS.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICES	45

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, vive-se em uma sociedade onde a linguagem, a comunicação e as múltiplas formas de expressão cultural ou artística constituem-se de imagens e apelos visuais cada vez mais complexos e sofisticados. Nesse contexto, o questionamento sobre como a criança cega congênita, ou seja, que não teve nenhuma experiência visual e, portanto, não possui memória visual, consegue representar os objetos, construir as imagens mentais, e realizar a atividade de desenhar de tudo aquilo que ela tem acesso no mundo em que vive, é que este trabalho monográfico tem como finalidade.

Dessa forma, para entender essa questão, conhecer a concepção de deficiência visual, é uma das formas de tentar compreender, de maneira apropriada, o desenvolvimento e a aprendizagem da pessoa com deficiência visual.

Nesse sentido, muitos autores discutem o conceito sobre a deficiência visual. De acordo com a Secretaria de Educação Especial, a deficiência visual é a perda ou redução total da capacidade de ver com o melhor olho e após correção óptica. Dessa maneira, percebe-se que a deficiência visual está dividida em dois grupos: a cegueira, que se traduz pela ausência total da visão e a baixa visão, que se define pela diminuição do funcionamento visual.

Outro ponto relevante para este estudo foi conhecer um pouco a trajetória histórica da pessoa cega, para que assim, se pudesse entender a maneira que a sociedade, como um todo, se comportava em relação a pessoa com deficiência visual e como essa pessoa era tratada, tanto em seu lar, como na própria sociedade.

Após, os estudos, partiu-se para compreender os elementos utilizados pela criança cega para interagir com o ambiente em que vive. Assim, notou-se que essa criança tem a necessidade de usar outros canais sensoriais para conseguir estabelecer relações com o mundo que a cerca. Porém, para promover essa interação, é necessário que pessoas com deficiência visual convivam desde cedo, em ambiente que a permita estabelecer vínculos afetivos e sociais, com o intuito de favorecer o seu desenvolvimento.

Cobo, Rodríguez e Bueno (2003) afirmam que a criança cega é um vidente que carece de visão, mas a sua concepção de perceber e compreender o mundo se dá de uma maneira diferenciada de uma criança sem restrição visual. Por esta razão, é que este trabalho teve a preocupação de buscar o conceito acerca da percepção, do tato e da cinestesia, pois a autora

entende que esses três aspectos são os mais importantes para o desenvolvimento da criança cega, uma vez que, é através deles, que a criança cega terá a oportunidade de construir/representar, mentalmente, e/ou por meio da imagem ou do desenho, os objetos os quais essa criança conheceu, além das experiências adquiridas em seu cotidiano, por exemplo, expressar, através da imagem ou do desenho como seria para a criança a nuvem.

O interesse pelo tema, a pessoa cega e suas representações simbólicas, partiu primeiramente pelo ingresso no grupo de estudo e pesquisa sobre educação inclusiva e necessidades educacionais especiais (GEINE), depois por causa da disciplina Cognição e Aprendizagem nas Deficiências Sensoriais e, por fim, por ter a oportunidade de conhecer e estabelecer certo vínculo com um aluno cego do doutorado da Faculdade de Educação da UFBA, todos esses encontros propiciaram no despertar para a deficiência visual, as suas especificidades e curiosidades.

A partir das experiências vividas, acima relatadas, surgiu um questionamento: como a pessoa cega constrói as suas representações simbólicas acerca do mundo ao seu redor? E, para tentar responder essa questão, os objetivos traçados foram: conhecer os mecanismos utilizados pela pessoa cega para a construção da imagem mental; identificar os elementos utilizados pelo cego para realizar a tarefa de desenhar e, identificar o órgão do sentido mais relevante para a construção das representações simbólicas na pessoa cega.

O presente estudo monográfico tem uma natureza qualitativa, tendo em vista que o objeto desta pesquisa busca compreender a natureza e o fenômeno biológico, o pesquisador mantém um contato direto com a situação estudada. Por esse motivo, escolheu-se o estudo de caso como metodologia para ajudar o pesquisador a ter uma melhor compreensão do objeto em estudo. O primeiro passo foi fazer uma revisão bibliográfica, tendo apoio teórico dos autores e pesquisadores da temática escolhida.

A pesquisa bibliográfica teve como base a análise de artigos científicos, livros e pesquisas já realizadas, referentes a pessoa com deficiência visual, a construção da imagem mental, as representações mentais e o desenho de crianças cegas. Foram utilizados também documentos publicados Secretaria de Educação Especial/MEC (2002) por serem documentos de grande relevância no que diz respeito à discussão sobre a deficiência visual e, por terem relação com o tema abordado neste trabalho. E, todo este estudo teórico baseado na construção do pensamento de vários autores como: Damásio (1999 e 2004), Amiralian (1997), Caiado

(2003), Piaget (1971), Vygotsky (1989) entre outros. A partir de todo esse apoio teórico foi possível a construção deste estudo.

O instrumento utilizado para a coleta de dados é o questionário que, segundo Lakatos é:

(...) Constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o entrevistador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (LAKATOS, 1991, p.201).

Para conhecer a opinião sobre as representações simbólicas, bem como, para o desenvolvimento deste trabalho, foram escolhidos adolescentes cegos congênitos com idade entre 12-16 anos, pois de acordo com Piaget (1993) a criança nessa idade encontra-se no estágio das operações formais onde ocorre o desenvolvimento das operações de raciocínio abstrato. A criança se liberta inteiramente do objeto concreto, inclusive o representado, operando agora com a forma, situando o real em um conjunto de transformações. Foram escolhidos três adolescentes cegos congênitos da rede pública de ensino, a rede estadual, do município de Salvador. Os jovens selecionados para realizarem as entrevistas, frequentam o Instituto de Cegos da Bahia, localizado na cidade de Salvador-Ba. Para a escolha desses sujeitos, o critério considerado foi que todos os participantes fossem cegos congênitos.

O trabalho foi dividido em quatro seções, trazendo na introdução informações relativas ao que o trabalho vai tratar, e as considerações finais. Na seção intitulada deficiência visual: uma breve reflexão, encontra-se essencialmente a conceituação dessa deficiência, relata um pouco sobre a trajetória da pessoa cega na sociedade, bem como, as características da criança cega. Tendo como referencial teórico, Amiralian (1997), Caiado (2003), Araújo (2007), Galvão (2004), além de Cobo, Bueno e Rodriguez (2003).

Na seção nomeada as representações na criança cega, são discutidos questionamentos sobre os conceitos de imagem e desenho, e a maneira a qual a criança cega consegue construí-los. Nessa seção, os teóricos estudados foram: Cunha e Enumo (2003), Morais (2009), Manguel (2006), Damásio (2004), Joly (2005), Cohen (2001), Ormelezi (2000), Pignatti (1981), entre outros.

Já na seção cujo título é relatos jovens acerca da construção da imagem e do desenho, apresenta a análise dos dados obtidos através de uma entrevista estruturada aplicada com as pessoas com cegueira congênita, com o intuito de obter informações referentes a construção da imagem, como o tato auxilia na construção da imagem, a influência das experiências

cotidianas na construção da imagem, a importância do estímulo, a construção do desenho, noção dos elementos abstratos, tais como, o sol, a lua, a nuvem etc. Os teóricos pesquisados foram: Ormelezi (2000), Masini (1994), Lakatos (1991), Damásio (2004), Piekas (2010) e Morais (2009).

Contudo, pode-se concluir que, ainda é preciso realizar pesquisas que esclareçam aspectos relacionados com as representações simbólicas do cego congênito, tendo em vista que, para o cego conseguir estabelecer relações das suas experiências com o ambiente e, assim construir as suas representações mentais e gráficas, de maneira coerente, é preciso que o mesmo, seja estimulado precocemente, pelas pessoas do seu convívio, com o intuito de que o cego explore os seus canais sensoriais: o tato, o olfato, a audição etc, uma vez que são esses canais os responsáveis pelo contato do cego com o mundo que o cerca.

2. DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA BREVE REFLEXÃO

Entender a pessoa com deficiência visual perpassa em entender a sua deficiência básica: a pessoa com deficiência possui uma limitação sensorial que se traduz na ausência da visão. Tal limitação restringe sua possibilidade de entender e apreender o mundo, acarretando assim, um atraso no seu desenvolvimento. Contudo, Galvão (2002) relata que diversos especialistas da área consideram que a deficiência visual pode ser: cegueira ou baixa visão. Essa categorização ainda perpassa por dois enfoques: o clínico e o educacional.

Nesse sentido, é necessário ter a compreensão real acerca da deficiência visual, a partir da concepção clínica e da percepção educacional, a fim de obter as condições necessárias e apropriadas ao desenvolvimento e a aprendizagem da pessoa com deficiência visual (AMIRALIAN, 1997).

2.1 CONCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual é a perda ou redução total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica, de acordo com a Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2002). Nesse sentido, pode-se concluir que a deficiência visual divide-se em dois grupos, a cegueira, que se caracteriza pela ausência total da visão e a baixa visão, que é definida pela diminuição do seu funcionamento visual, podendo atingir desde o nível leve ao profundo.

Entretanto, ainda se tem definição médica e educacional a respeito da deficiência visual. Na definição médica, é considerado o indivíduo cego aquele que possui acuidade visual igual ou menor a 0,05, após a máxima correção ótica, no melhor e olho e, o indivíduo com baixa visão, aquele que possui acuidade visual de 0,3 a 0,05, com a melhor correção ótica, no melhor olho.

Em relação a definição educacional, Caiado (2003) ressalta que a deficiência visual é uma categoria que inclui pessoas cegas e com baixa visão. No âmbito educacional, cego, é aquele que mesmo possuindo baixa visão, necessita do Braille e a pessoa com visão reduzida pode ler tipos impressos ou com auxílios de recursos óticos.

Caiado (2003) ainda informa, que:

A definição clínica afirma como cego o indivíduo que apresenta acuidade visual menor que 0,1 com a melhor correção ou campo visual abaixo de 20 graus; como visão reduzida quem possui acuidade visual de 6/60 e 18/60 (escala métrica) e/ ou um campo visual entre 20 e 50 graus, e sua visão não pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico nem com óculos convencionais. (CARVALHO, 1994 *apud* CAIADO, 2003, p 33).

Entretanto, muitos autores discordam das definições sobre cegueira e baixa visão baseadas na acuidade visual, pois o que interessa é a capacidade funcional que a pessoa com deficiência visual possui em melhor utilizar sua visão.

Como cita Amiralian (1997):

[...] foi observado que sujeitos cegos, com idêntica acuidade visual, possuíam eficiência visual diversa, ou seja, sujeitos com a mesma medida oftalmológica de visão apresentavam diferenças na utilização do resíduo visual. Essa constatação tornou necessária uma concepção educacional de cegueira, que se caracterizou, prioritariamente, pela ênfase na eficiência visual e não na acuidade.

Dessa forma, para uma atuação educacional adequada importa saber não somente o diagnóstico, mas como a pessoa se comporta diante das atividades cotidianas. Araújo (2007) relata que a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Conselho Internacional para Educação de Pessoas com Deficiência Visual (ICEVI) se encontraram em um congresso em Bangkok no ano de 1992, para discutir a necessidade de realizar uma avaliação clínica em conjunto com uma avaliação funcional da visão, pois se entendia que o desempenho visual é mais um processo funcional dinâmico do que uma simples medida de acuidade visual. Na avaliação funcional, deve ser observado o que a pessoa faz com o uso da visão que possui, ou seja, ela deve ser avaliada através de atividades funcionais: andando, subindo escada, alimentando-se, brincando, escrevendo etc (BRUNO, 1997 *apud* ARAÚJO, 2007).

Assim, de acordo com Bruno (1997 *apud* ARAÚJO, 2007) as novas recomendações da OMS/ICEVI indicaram que é considerada cega a pessoa com ausência da visão, até a perda da projeção de luz, o processo de aprendizagem dessa pessoa acontecerá através da integração dos sentidos tátil, cinestésico, olfativo, auditivo, gustativo, utilizando o sistema Braille para leitura e escrita. E as pessoas com baixa visão são aquelas que apresentam desde condições de indicar projeção de luz até o grau em que a diminuição da acuidade visual interfere ou limita seu desempenho. Essas pessoas deverão utilizar recursos ópticos e não ópticos para o seu processo de aprendizagem (BRUNO, 1997 *apud* ARAÚJO, 2007).

Araújo (2007) ressalta que o diagnóstico e a intervenção precoce ajudam a compreender que antes da baixa visão e da cegueira, existe uma pessoa que possui os mesmos desejos e

necessidades que as demais. A autora ressalta ainda que as suas especificidades são na forma de perceber e assimilar o meio em que vive, e cada uma delas fará isso de forma diferenciada, necessitando assim de estímulos adequados para o seu desenvolvimento. Como a proposta do presente trabalho é discutir a construção da imagem na criança cega, a partir de então, serão discutidas somente questões acerca da cegueira.

A maioria dos casos de cegueira acontece em decorrência de fatores pré-natal, peri-natal e pós-natal. Pré-natal é quando a patologia ocorreu antes do nascimento da criança. Geralmente por causas infecciosas da mãe como a rubéola, toxoplasmose, citomegalovirus etc. Peri-natal é quando o problema da criança ocorre no momento do nascimento. O mais freqüente no nosso país é a anoxia peri-natal (falta de oxigênio ao nascimento) que podem deixar várias seqüelas e entre elas a deficiência visual. Pós-natal é quando a patologia ocorre no cérebro imaturo, que para a maioria dos autores seria até os dois anos de idade. O mais comum é a meningite bacteriana ou acidentes por queda ou afogamento. Entretanto, existem crianças que possuem alguma doença hereditária como, por exemplo, glaucoma congênito. Araújo (2007) informa ainda que é considerada cega congênita aquela criança que nasceu cega ou perdeu a visão até os cinco anos de idade. Sobre essas crianças é que se desenvolve esta monografia.

Sabe-se que, ao longo da trajetória da evolução do homem, o ser biologicamente perfeito, com todas as vias sensoriais abertas ao mundo, foi e é considerado indispensável para se alcançar o status de humano. Qualquer anomalia dessa ordem era e é, ainda, considerada uma tristeza para uma pessoa e sua família. A sociedade camufla uma possível aceitação, a depender dos valores de cada época, mas pertence a uma cadeia sucessiva de situações socioeconômicas, políticas, religiosas, tecnológicas e de transformação mundial, afirma Araújo (2007).

Portanto, a maneira como a deficiência é vista no decorrer da história, influencia a forma de tratamento e a atenção dispensada a pessoa que a possui, dessa forma no próximo tópico abordará brevemente a trajetória da pessoa cega.

2.2 O PROCESSO HISTÓRICO DA PESSOA CEGA

Na sociedade primitiva a pessoa cega era considerada um fardo. O direito a vida era negado tanto para as crianças, jovens quanto para os adultos e idosos. Franco e Dias (2005) afirmam que, os doentes e os deficientes eram mortos ou abandonados. A morte das crianças que nasciam cegas e, o abandono dos adultos que perdiam a visão era frequente. A sociedade primitiva acreditava que a pessoa cega era possuída por espíritos malignos e, portanto, estabelecer alguma relação com essa pessoa, era estabelecer relação com o espírito ruim. Tornando o cego instrumento de temor místico.

Mecloy (1974 *apud* FRANCO E DIAS, 2005) declara que, era muito comum entre o povo primitivo, considerar a cegueira uma punição dada pelos deuses, e a pessoa cega levava consigo o marca do pecado cometido por ele, por seus pais, seus avós ou por algum membro da tribo.

De acordo com Franco e Dias (2005), para os hebreus, uma pessoa era considerada indigna, possuidora de poderes vindos do demônio se fosse cega, coxa, corcunda ou tivesse um pé ou uma mão quebrada. Na Grécia Antiga, os recém-nascidos com alguma deficiência eram colocados em uma vasilha de argila e abandonados. Em Esparta, as crianças eram apresentadas para as autoridades, uma vez que o cidadão pertencia ao Estado. E, se essa criança apresentasse algum tipo de deficiência era considerada subumana e isso tornava legítimo o seu abandono ou eliminação. Uma vez que, naquela sociedade, os corpos atléticos e perfeitos serviam de base à organização sociocultural. Em Roma, o método mais utilizado também era o da eliminação.

A cegueira também já foi utilizada como forma de vingança ou como castigo, na Idade Média, conforme afirma Mecloy (1974 *apud* FRANCO E DIAS, 2005, p.2):

No século XI, Basílio II, imperador de Constantinopla, depois de ter vencido os búlgaros em Belasitza, ordenou que fossem retirados os olhos de seus quinze mil prisioneiros e fê-los regressar para sua pátria. Porém um, em cada cem homens, teve um olho conservado para que pudesse servir de guia aos outros noventa e nove.

Segundo Franco e Dias (2005), nesse mesmo período a cegueira era aplicada como pena judicial ou como castigos para conflitos em que se utilizavam os olhos, como por exemplo, crimes contra a divindade e faltas graves às leis de matrimônio.

Na Idade Média, no ano de 1260, em Paris, foi fundada uma instituição destinada exclusivamente para pessoas cegas, por Luís XIII. O asilo Quinze-Vingts tinha a finalidade de atender os soldados que tiveram seus olhos arrancados nas Cruzadas, porém essa instituição também atendeu outros franceses cegos. Entretanto, Segundo Dall'Acqua (apud FRANCO e DIAS, 2005), ao contrário do que a literatura aponta, o asilo foi criado não para dar abrigo aos soldados que ficaram cegos, mas para retirar das ruas os franceses cegos que viviam como mendigos na cidade Paris.

A partir do fortalecimento do Cristianismo a condição da pessoa com deficiência se altera. Em consonância com o contexto religioso, todas as pessoas passam a ser consideradas filhas de Deus, sem que haja exceção. Franco e Dias (2005) revelam que, com o Evangelho o cego é dignificado e, por essa razão, a cegueira deixa de ser considerada com marca de culpa ou indignidade, tornando-se um instrumento para alcançar o céu e, inclusive, para aquele que tivesse piedade da pessoa cega.

Porém, quando a pessoa cega passa a ser considerada filha de Deus, surgem reações contraditórias, acerca da existência desse ser, tais como relatam Franco e Dias (2005, p.3):

Esta pessoa era uma eleita de Deus ou uma espécie de expiadora de culpas alheias? Era uma aplacadora da cólera divina a receber, em lugar da aldeia, a vingança celeste, como um pára-raios? Tinha uma alma, mas não tinha virtudes como podia ser salva do inferno? Ela era mesmo uma cristã?

Pessotti (1984) afirma que, as indagações feitas acerca da pessoa com deficiência, refletiam em soluções como caridade e castigo. Em que a diminuição do castigo consistia em confinamento e, dessa maneira, exercia-se a caridade, já que o asilo proporcionava teto e alimento. Em contrapartida, o cristão deficiente estava escondido e isolado do convívio social pelas paredes do asilo. A caridade como castigo, incentivava as pessoas castigarem o cego isolando-o da sociedade, mas ao mesmo tempo pensavam estar tendo atitudes caridosas com os cegos, aos lhes oferecer abrigo.

Apesar de o Cristianismo trazer a questão de que todas as pessoas são criaturas divinas, a situação do cego não mudou e, é somente com o surgimento do mercantilismo e do capitalismo comercial, no lugar do feudalismo, é que a situação de desprezo e desatenção ao indivíduo cego é que começou a se modificar. O preconceito, as crenças, e as práticas sociais

são repensados, bem como a maneira de se relacionar com o deficiente, deixou de ser explicada como obra do demônio ou de Deus.

A visão supersticiosa deixou de ser seguida e a partir do século XVIII começa a existir um maior e mais aprofundado conhecimento acerca da deficiência visual. Nesse período, inicia-se a busca por um conhecimento científico para compreender como funciona o olho e o cérebro. Começaram a existir alguns avanços na medicina, proporcionando subsídios para tentativas de atendimento às pessoas cegas (FRANCO e DIAS, 2005 apud BOTELHO 2007).

É no século XVIII que ocorre um grande avanço na história da pessoa com deficiência visual. Em 1784, o educador francês, Valentin Haüy, começa a pensar na possibilidade de educar pessoas cegas. Esse educador francês foi considerado o “Pai da educação dos cegos”, por criar um método de leitura oficial para essas pessoas. Além disso, Valentin Haüy fundou em Paris, a primeira instituição para cegos considerada como centro educativo. O nome de sua escola era Instituto Real para Jovens Cegos.

No entanto, somente em 1824 é criado um sistema universal de leitura e escrita para o cego: Sistema Braille¹. Criado por Louis Braille, esse sistema oferece às pessoas cegas a oportunidade de alcançar a literatura escrita. Através desse sistema é possível transcrever os livros para o alfabeto tátil que será lido pelos deficientes visuais.

¹ O Sistema Braille é o método universal e natural de leitura e escrita para as pessoas cegas. A **célula Braille** básica é composta por 6 pontos agrupados em duas colunas verticais de três pontos cada. Os pontos da 1ª coluna são os pontos 1, 2 e 3 e os da 2ª coluna são os pontos 4, 5 e 6. Com esta célula básica cujo tamanho é perfeitamente abrangível pela área da polpa de um dedo, e reconhecível pelos milhares de receptores ali localizados, podem-se construir 64 diferentes combinações. Com estas combinações, facilmente identificáveis pelo tato, podem-se representar letras, números, sinais de pontuação, sinais atemáticos, etc (ALEGRE, 2006).

Contudo, em 1990, com a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e com a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais (1994), passou a vigorar a "era da inclusão", em que as exigências não se referem apenas ao direito da pessoa com deficiência à integração social, mas sim, ao dever da sociedade, como um todo, de se adaptar às diferenças individuais. (FRANCO E DIAS, 2005).

Entretanto, o processo de inclusão vai muito além da inserção dos alunos na escola, exigindo uma mudança na estrutura social vigente, no sentido de se organizar uma sociedade que atenda aos interesses de todas as pessoas, indiscriminadamente.

Araújo (2007) afirma que, desfazer essa visão e ressignificar o lugar da pessoa com deficiência visual, como alguém que aprende e conhece por outros caminhos, são tarefas das pessoas que acreditam em uma sociedade mais justa e democrática para todos e, nesse sentido, esta pesquisa se propõe a discutir e desmistificar essa visão da construção histórica acerca da cegueira, ressaltando aqui, as características da criança cega congênita, uma vez que, quando a criança cega é considerada como alguém fadada ao fracasso não há investimento e por conseqüência o desenvolvimento fica impedido de acontecer.

2.3 A CRIANÇA CEGA E SUAS CARACTERÍSTICAS

A criança cega possui uma forma diferente de se relacionar com o ambiente ou de perceber o meio. Nesse sentido, a mesma, é obrigada a utilizar outros canais sensoriais a fim de tentar compensar a sua deficiência. A criança vidente adquire diversas experiências, desde os primeiros instantes de vida, através da visão que a possibilita entender e assimilar como é o mundo que a rodeia. Por outro lado, a criança cega, não dispõe desta função – a visão – ficando assim, privada de viver as mesmas experiências que a criança com visão terá. Nesse sentido, a criança cega, é obrigada a utilizar outros canais sensoriais a fim de tentar suprir seu possível atraso. Essa criança necessita de alguém que a proporcione conviver desde cedo em ambiente que favoreça vínculos afetivos e sociais, a fim de atender às suas necessidades. Nota-se o quão é fundamental a presença da família para o desenvolvimento desta criança.

Dessa maneira, percebe a importância da relação afetiva, da interação familiar e dos estímulos trazidos pelas pessoas da família para que a criança cega tenha um desenvolvimento equilibrado, uma vez que, a família é o primeiro grupo social que esta criança irá interagir.

Cobo, Rodríguez, Bueno (2003) demonstram que a criança cega não é um vidente que carece de visão, mas a sua concepção de perceber e compreender o mundo não é igual a de uma criança que não tem restrição visual, a diferença está no mecanismo que ela utiliza para obter sua organização sensorial. As informações visuais geradas pelo mundo o qual esta criança vive são transmitidas rapidamente, e a sua percepção sensorial, adquirida através do tato, é lenta e insuficiente para traduzir tudo o que acontece ao seu redor. Contudo, a teoria tradicional de que a cegueira era elemento inibidor do desenvolvimento cognitivo, conforme ressaltam Cobo, Rodríguez, Bueno (2003) não mais se aplica.

As crianças com deficiência visual, em função da sua privação sensorial ocasionada pela ausência da visão, deverão ter mais tempo para elaborar a noção de objeto permanente; para se desligar da figura materna; para se adaptar à escola; além do que alguns movimentos corporais de repetição não deverão ser entendidos como deficiência mental, mas como forma de manifestar tensão, agitação e diversos sentimentos como alegria e/ou tristeza. (BRUNO, 2004 *apud* ARAÚJO, 2007)

O ambiente escolar também deve proporcionar a criança cega experiências de interação com o mundo em que vive participando ativamente do processo ensino-aprendizagem (GALVÃO, 2004). A fim de facilitar a criança cega a se organizar, a compreender e entender o meio o qual ela esta inserida, os profissionais envolvidos neste processo não somente devem estar cientes dos conhecimentos acerca das especificidades do desenvolvimento da criança cega, como também, venham se reciclando e debatendo as particularidades da interação da criança cega com o mundo em que vive.

Em seus estudos, Araújo (2007), aponta a importância de observar as características dos contextos em que a criança cega se desenvolve: seu ambiente familiar, sua escola, o trabalho e nível de instrução de seus pais, e/ou as conotações que a deficiência visual tem no âmbito microcultural ou cultural em que se desenvolve. A referida autora entende que dessa forma é possível individualizar o desenvolvimento de uma criança

específica, tendo como estes fatores causadores para as suas peculiaridades, não ficando restritas àquelas da cegueira.

Assim sendo, as informações obtidas por meio da vivência de cada criança cega com o mundo não pode ser generalizada, nem somente entendida de maneira inflexível, inalterável, uma vez que cada criança é única e possui diferentes níveis de desenvolvimento de acordo com cada situação.

Nessa perspectiva, dentre os diversos aspectos que estão relacionados com o desenvolvimento cognitivo da criança cega, para este trabalho, a percepção, o tato e a cinestesia são os aspectos considerados mais importantes, pois é através deles que a criança cega terá a oportunidade de construir/representar mentalmente e/ou por meio da imagem os objetos os quais teve chance de conhecer. Como também, as experiências vividas, por exemplo, expressar através da imagem como seria para ela (a criança) o sol.

2.3.1 A PERCEPÇÃO

A percepção é o processo no qual obtém informações imediatas acerca do ambiente através da utilização e da conexão dos receptores sensoriais. Neste processo, estão envolvidos diferentes conhecimentos; um deles é que a criança cega necessita decidir a que prestar atenção, já que constantemente esta criança sofre a interferência de diversos estímulos, fazendo com que a sua atenção seja dispersada para outras situações as quais não a interessem em determinados momentos, como por exemplo, na sala de aula quando o professor está explicando um assunto novo, etc.

Cobo, Rodriguez e Bueno (2003) afirmam que, de acordo com a interferência dos estímulos na atenção da criança cega, existe a possibilidade de ter duas hipóteses. A primeira diz respeito a seleção dos estímulos, a partir daqueles que a criança decidir prestar atenção, ou seja, filtrar as informações provenientes do meio. A segunda hipótese refere-se que a criança cega deve-se limitar para aquilo que quer perceber, participando ativamente na experiência adquirida, sem excluir os estímulos externos que estejam presentes no momento.

A partir do processo cognitivo é que a criança cega consegue comparar, decodificar, analisar as situações vividas e por fim, a linguagem, que é fator transcendental no

processo cognitivo, o qual modela a percepção. Dessa maneira, a criança tem a capacidade de reconhecer as semelhanças e diferenças dos objetos, bem como, os diversos tipos de sons.

Entretanto, é muito importante ter conhecimento de como a criança tem acesso ao conhecimento de si e do mundo, uma vez que os sentidos são a primeira fonte de conhecimento, e que para atingir o desenvolvimento apropriado é preciso ter estímulos adequados.

O estímulo precisa vir associado, pois essa é a maneira mais eficaz da criança cega obter e apreender as informações adequadamente. Por exemplo, de nada vale o vento produzido por um ventilador, se com ele não estiverem associados a forma, o tamanho. Nesse sentido, entende-se a importância dos estímulos bem qualificados para a criança cega uma vez que dessa maneira, ela consegue orientar-se e estabelecer vínculos com o meio em que vive.

2.3.2 O TATO

O tato é o principal canal de comunicação entre a criança e o mundo. Sendo assim, um elemento de grande importância, para aqueles que não possuem a visão, de (re) conhecer o ambiente em que vive. Entretanto, há crianças que são intolerantes as sensações táteis, podendo recusar a estimulação tátil. Portanto, o contato com o ambiente deve prover percepções agradáveis a fim de facilitar o desenvolvimento perceptivo.

De acordo com Cobo, Rodriguez, Bueno (2003) a mão exerce uma importante influência no desenvolvimento mental, através da sua capacidade de abrir-se, fechar-se, apertar, etc. Porém, não se faz necessário que a experiência tátil seja apenas através das mãos, mas que se utilizem as diversas partes do corpo, como por exemplo, os pés.

Ainda em seus estudos (COBO, RODRIGUEZ, BUENO, 2003) relatam que as experiências devem ser multissensoriais. A criança deve cheirar, ouvir, tocar tudo o que lhe for

proporcionado experimentar, conhecer. Assim, ela aprenderá a relacionar as sensações transmitidas pelos outros sentidos (audição, olfato, paladar) através da exploração tátil.

Contudo, há a necessidade em estimular a criança cega, desde os seus primeiros meses de vida, tratando-se da criança cega congênita, a tocar nas coisas que estão no ambiente que ela vive, a fim de proporcioná-la uma imagem, uma ideia do mundo que a rodeia.

2.3.3 A CINESTESIA

As primeiras vias de contatos da criança cega com o mundo são as percepções tátil-cinestésicas como afirmam Cobo, Rodríguez e Bueno (2003). A exemplo disso, quando são tocadas, levantadas por pessoas do seu convívio, elas respondem movendo-se ou até mesmo chorando.

Ainda em seus estudos (COBO, RODRÍGUEZ, BUENO, 2003) divide o desenvolvimento tátil-cinestésico, onde entram as habilidades cognitivas, em quatro etapas, em que a primeira diz respeito ao *conhecimento e atenção*, os quais a criança consegue diferenciar e até mesmo qualificar os objetos. Ou seja, a medida que ela vai apalpando, manipulando os objetos, passa a perceber o tamanho, a forma, o peso, a textura, etc.

Na segunda etapa, os autores se fundamentam no *conhecimento das estruturas e formas básicas dos objetos*. Nesta etapa, a criança adquire informações acerca dos diversos tamanhos, pesos e contornos das coisas. É importante ressaltar que, nesta fase, é necessário que a criança obtenha o máximo de informação dos objetos os quais façam parte do seu cotidiano, a exemplos de: xícaras, pratos, escova de dente, escova de cabelos, sapatos, etc. E, a partir do momento que a criança consegue discriminar os objetos é importante introduzir a linguagem, para que dessa maneira, elas possam relacionar os objetos pelos nomes.

A criança sendo capaz de distinguir os objetos e relacioná-los com os seus nomes é possível passar para a próxima etapa, a terceira, onde há a *relação das partes com o todo*. Nesta etapa as atividades realizadas devem ser aquelas que utilizem objetos de três dimensões, dando prioridade aqueles que permitam montar e desmontar, como por exemplo, colocar a tampa nas panelas. Outra atividade relevante é agrupar os objetos com a mesma textura proporcionando a criança a diferenciá-los, o uso das mãos para explorar, com a finalidade de que a criança tenha domínio sobre os objetos.

A quarta etapa, por sua vez, está relacionada à *representação de objetos de duas dimensões de forma gráfica*. É nesta etapa que as representações gráficas estarão presentes. Por isto, é importante optar por figuras baseadas em estruturas simples, a exemplo de formas geométricas que possibilitem ser tocadas e representadas de diversas maneiras, proporcionando várias impressões táteis. Dessa maneira, a medida que a criança vai explorando estas representações, ela poderá associar o objeto real ao que está sendo representado.

É válido ressaltar a importância de introduzir essas experiências gradualmente para a criança, mantendo um seguimento adequado para o conhecimento tátil, oferecendo uma experiência nova de cada vez. Outro ponto imprescindível a ser relatado é que, ainda nesta etapa, se trabalhe com a criança a realização de representações gráficas, pois assim, a criança passa a perceber que ao confeccionar diversas formas, ela pode “ver” com suas próprias mãos, incentivando-as assim, a observar qualquer objeto que a ela seja apresentado ou até mesmo aquele existente nos livros adaptados para a criança cega.

Diante disso, percebe-se que a criança cega necessita de atividades que promovam as percepções tátil-cinestésicas, porque é através destas percepções que a criança poderá entrar em contato com o mundo de maneira mais concreta.

3. AS REPRESENTAÇÕES MENTAIS E GRÁFICAS NA PESSOA CEGA

A imagem e o desenho são alguns dos mecanismos utilizados pela criança cega para representar os objetos e tudo aquilo que ela tem acesso no mundo em que vive.

Entretanto, é válido ressaltar que, este trabalho tem o foco na criança cega congênita, que por sua vez, possui diferenças na maneira de representar os objetos, em relação a criança com perda da visão adquirida, pois há diferenças entre eles. Cunha e Enumo (2003) afirmam que uma das principais dificuldades que a criança cega congênita enfrenta no que se refere ao desenvolvimento cognitivo, diz respeito a falha na apreensão dos estímulos, por causa da falta da percepção visual (CUNHA; ENUMO, 2003 *apud* Moraes, 2009).

Moraes (2009) ainda afirma que é a percepção visual, o principal meio de veiculação e acesso às informações que serão, posteriormente, utilizadas para construção das representações da criança sobre o mundo. Nessa perspectiva, o cego não tendo a percepção visual, este trabalho, procura compreender a construção da imagem e a expressão do desenho.

Nesse sentido, para conseguir entender como se dão as representações feitas, por essa criança, é importante conhecer os conceitos de imagem e de desenho, pois assim, será possível compreender a maneira que essa criança utiliza para conseguir expressar o que foi aprendido.

3.1 A REPRESENTAÇÃO MENTAL

Em seus estudos Ormelezi (2000) afirma que, a representação mental é a capacidade humana de constituir comparações, lembrar, agregar, prever e, que a internalização das coisas do mundo, embora esteja associado a elementos e comportamentos culturais, não é passiva, por estar inserida em um contexto das ações subjetivas e objetivas.

Ormelezi (2000) relata que, o mundo da representação da criança cega para alguns autores não impede que a imagem mental seja construída, entretanto, para outros, a criança cega recorda coisas que evoquem imagens acústicas ou táteis.

Contudo, Moraes (2009) defende que, para a criança cega, o estímulo no processo de representação é realizado de acordo com as percepções do mundo visual. Para ela, a

representação acontece, muitas vezes, com a descrição feita por pessoas videntes que participam do seu cotidiano. Entretanto, para que as informações fornecidas para essa criança tenham algum sentido e, a partir daí, ela possa de fato construir imagens mentais, é necessário que essas informações tenham significados e estejam diretamente relacionadas com o seu dia-a-dia.

A criança reconhece um objeto através da característica mais marcante, como cita Moraes (2009): ao identificar o animal “cão”, a criança constrói conceitos, de acordo com a forma, a textura, o som emitido pelo animal, para a partir daí, fazer referência do animal “cão” à palavra. Assim, as informações ficam retidas na memória dessa criança e toda vez que a imagem relativa à palavra cão for solicitada, ela irá referenciar mentalmente a imagem com a palavra.

Contudo, pode-se afirmar que a memória favorece a criança uma diversidade de intervenções a classificar e identificar através do tato, da audição, do olfato, do paladar. Nesse sentido, percebe-se que a construção da imagem mental não depende somente da percepção visual, mas por meio das diversas experiências sensoriais, de acordo com o estímulo que essa criança é submetida.

Nesse sentido, a cegueira não implica na diminuição da capacidade cognitiva do indivíduo, mas sim em sua dificuldade de acesso à informação. Por esta razão é fundamental a estimulação precoce, seja motora, auditiva, tátil, enfim de todos os canais sensoriais disponíveis, para que possa haver melhor adaptação da criança ao meio.

Nesse sentido, a representação para a criança cega, perpassa por diferentes estágios: percepção (experimentação), interpretação (significação) e representação (discurso), de acordo com Araújo e Souza (2008). As autoras declaram que, o cego estabelece suas referências do mesmo modo daqueles que enxergam e, mesmo de maneira particular, independentemente dos apelos visuais existentes do meio em que vive.

A imagem mental é um dos elementos de expressão da pessoa cega e, é nessa perspectiva que, o subitem seguinte irá tratar.

3.2 IMAGEM

Imagem (do latim: imago) significa a representação visual de um objeto. Em grego antigo corresponde ao termo eidos, raiz etimológica do termo idéia, cujo conceito foi desenvolvido por Platão.

Segundo Platão, a imagem das coisas era uma projeção da mente, dando origem a uma teoria chamada idealismo. Já Aristóteles, considerava a imagem como sendo uma aquisição, pelos sentidos, da representação mental de um objeto. Dando origem a outra teoria: o Realismo. Essa discussão já se prolonga por séculos e até hoje não se chegou a um consenso.

Nas ciências exatas, como matemática, o termo “imagem” é entendido como representação de um objeto especializado, que exige técnicas e ferramentas especiais.

Aristóteles dizia que “no que concerne à alma pensante, as imagens tomam o lugar das percepções diretas; e, que quando a alma afirma ou nega que essas imagens são boas ou más, ela igualmente as evita ou as persegue. Portanto, a alma nunca pensa sem uma imagem mental”. (ARISTÓTELES, *apud* MANGUEL 2006, p.21).

Diante disso, compreende-se que nossas representações gráficas, são o resultado de um conjunto de percepções sensoriais. Como nos afirma Damásio:

Refiro-me ao termo imagens como padrões mentais com uma estrutura construída com os sinais provenientes de cada uma das modalidades sensoriais: visual, auditiva, olfativa, gustativa e somatossensorial. (...) Em suma, o processo que chegamos a conhecer como mente, quando imagens mentais se tornam nossas, como resultado da consciência, é um fluxo contínuo de imagens (...) Pensamento é uma palavra aceitável para denotar esse fluxo de imagens. As imagens são construídas quando mobilizamos objetos – de pessoas e lugares a uma dor de dente – de fora do cérebro em direção ao seu interior, e também quando construímos objetos a partir da memória, de dentro para fora, por assim dizer. (DAMÁSIO, 1999, p.402)

Portanto, entende-se que a formação da imagem mental, não depende somente do sentido da visão, mas também, de todas as outras experiências sensoriais provenientes dos estímulos que recebemos. No caso da ausência de um dos sentidos, a imagem mental é criada por meio dos outros sentidos de percepção.

Sendo assim, concorda-se com Damásio (2004) quando defende que o conceito de imagem não se aplica apenas às imagens visuais, e que a produção de imagens nunca para, mesmo quando dormimos. Para ele, a imagem é a concepção do conjunto das percepções sensoriais, e se constrói de fora para dentro do cérebro, como também de dentro para fora, a partir da memória.

É interessante destacar ainda que, de acordo com esse mesmo autor, as imagens que vemos em nossa mente não são cópias exatas do objeto, mas um resultado das interações entre nós e todo um aparato sensorial, por isso, as imagens que construímos são imagens com grande percentual de individualização, estreitamente relacionadas com nosso repertório individual, já que, é através das imagens que o indivíduo estabelece suas referências. A imagem possibilita ao indivíduo dar significados aos objetos representados, dar valores, expressar a diferença entre os objetos, seja pelo tamanho, ou pela forma, por exemplo.

Partindo desse pressuposto entendemos o que Araújo e Souza (2008), dizem em seu artigo, quando falam que a imagem não é algo autônomo da existência das coisas. Para elas, isso independe da categoria e do nível da representatividade entre as coisas e sua imagem.

Outro conceito interessante sobre a imagem é expresso em Abbagnano (2000 p.537), que diz que, o termo imagem pode ser definido como a “semelhança ou sinal das coisas que podem conservar-se independente das coisas”. Isso nos reporta diretamente a Joly,

(...) a própria imagem é o resultado de tantas transposições que apenas um aprendizado, precoce, permite reconhecer um equivalente da realidade, integrando, por um lado, as regras de transformação, e por outro, esquecendo as diferenças (Joly 2005, p. 43).

Joly (2005, p.14) concretiza essa idéia quando afirma que imagem é um “objeto segundo com relação ao outro, que ela representaria”. Araújo e Souza (2008, p. 67) completam dizendo que essa imagem é “gerada pelo homem em função de suas experiências sensíveis e interpretativas”. Isso comprova que a imagem está diretamente ligada à pessoa que a produz, e que está intimamente atrelada às concepções de cada indivíduo, sendo esta adquirida seja por sensações concretas, visuais, olfativas, auditivas etc. Cohen (2001, p.176) salienta isto, ao afirmar que “o ser humano não vê apenas com os olhos, ele vê através de toda uma experiência acumulada”.

Seguindo na tarefa de definir o que seja imagem partimos para o dicionário Aurélio, onde temos como conceitos de imagem: representação gráfica, plástica ou fotográfica de pessoa ou de objeto; reprodução invertida, da pessoa ou de objeto, numa superfície refletora; representação mental de um objeto, impressão, etc.

Piaget (1971) afirma que, o social tem participação essencial no processo da vida mental, pois é ele que fornece os dados para a composição da imagem. A necessidade de tornar presente os

objetos quando há a ausência dos mesmos e estabelecer relações que tragam significados às experiências vividas pela criança cega, funda a simbolização e o pensamento.

Ainda que a criança cega necessite de alguém que informe o nome do objeto e a incentive a explorá-lo, é de grande importância para essa criança, que ela não seja impedida de interagir com os objetos sozinha, pois a partir de um contato mais sensível e cauteloso, de uma experiência mais organizada, a criança cega poderá elaborar as representações dos objetos, a princípio, através da construção mental, que seria a construção da imagem.

No entanto, compreender a representação mental da criança cega, é compreender sua capacidade de entendimento, concepção, percepção do meio em que vive, como também, conhecer os elementos existentes para que essa representação aconteça.

Outro elemento importante de representação utilizado pela criança cega é o desenho. Ele pode ser a representação das coisas do ambiente o qual essa criança está inserida. Nesse sentido, o subitem seguinte, tratará de questões acerca do desenho.

3.3 DESENHO

Segundo Araújo e Souza (2008), o termo desenho assume diferentes significados literários ao longo da história do homem. Acerca disso, Pignatti também afirma que:

Fica pois estabelecido que a humanidade desenhou em todos os tempos, em todos os lugares, com técnicas semelhantes, pelos mesmos motivos mágicos, rituais ou mesmo só figurativos. Fundamental é a descoberta do valor do sinal linear, elemento figurativo extremamente dúctil. No mistério dos obscuros antros pré-históricos nascia o milagre expressivo do desenho. (PIGNATTI, 1981, p. 8 e 9).

Diante disso, percebe-se que o desenho foi uma maneira que o homem encontrou para construir sua universalidade, assim pode-se entender o desenho como a expressão do pensamento dos sentimentos, das emoções, uma marca que carrega as narrativas individuais e/ou de uma sociedade como um todo, além de representar um determinado tempo histórico e caracterizar modos diferenciados da vida cotidiana.

Sabe-se que o desenho nem sempre é um fim em si mesmo. Por vezes o termo desenho abrange o plano, o planejamento, o esboço para outro fim. Nesse sentido, desenho pode significar a composição ou os elementos estruturais de uma obra. Quanto a isso se pode ver o

desenho como “ideia de planejamento, criação, projeto e planos” (Gomes, 1996, p.36). Nenhuma ação humana é inteiramente neutra, o desenho, da mesma maneira, envolve uma atitude do desenhista em relação à realidade, ele pode desejar imitar a realidade sensível ou transformá-la e até mesmo criar uma nova realidade com características próprias, contudo, sempre tendo como referencial como ponto de partida o já conhecido, o já vivido, o já experimentado.

Araújo e Souza (2008) afirmam que no senso comum a palavra desenho é utilizada no sentido da arte, da crença sobre o dom ou a habilidade técnica que uma pessoa tem para representar objetos por meio de linhas, sombras ou manchas.

Durante a busca por definições de desenho, por vezes foram encontrados conceitos atrelados à escrita, o que fica evidente até na construção da palavra em alguns idiomas. Segundo Duarte (2006), o desenho pode ser considerado a escrita primitiva da criança na primeira infância. A autora enfatiza que entre os dois e os quatro anos de idade nós a encontramos aprendendo a falar e aprendendo a desenhar, ou seja, palavra e desenho são equivalentes simbólicos.

Modo de expressão próprio da criança, o desenho constitui uma língua que possui seu vocabulário e sua sintaxe, daí a tentativa de incluí-lo no quadro da semiologia, aquela ciência geral dos signos, no sentido em que a entendia Saussure (Mèredieu, 1994, p 11).

O desenho da criança é uma das condutas da função simbólica, descritas por Piaget (1975), ao lado do jogo, da imitação diferida, da imagem mental e da evocação verbal. Da mesma forma, Duarte (2006, p.4) afirma que “é possível compreender o desenho infantil como um reflexo, no meio gráfico, de uma representação mental dos objetos, de uma memória, que sintetiza e categoriza os objetos com os quais a criança convive”.

Derdyk (2004) salienta o poder de evocação – e interpretação – da imagem visual. Para a autora, como pensamento visual, o desenho é estímulo para exploração do universo imaginário, e, também, instrumento de generalização, de abstração e de classificação. A autora ainda ressalta que, o desenhar envolve diferentes operações mentais, selecionar e relacionar estímulos, simbolizar e representar, favorecendo a formação de conceitos.

Constituído pela palavra, o universo da imaginação é um produto social e, no caso do desenho da criança, está refletindo na figuração. A figuração da fantasia é uma forma particular de atividade mental da criança e encerra em si mesma um significado subjetivo, resultante de um processo de interpretação do ambiente cultural, da realidade conceituada (Ferreira, 1998, p.41).

Também pesquisando o papel do desenho na construção de conhecimento, Pillar (1996) afirma que ao desenhar, a criança está inter-relacionando seu conhecimento objetivo e seu conhecimento imaginativo, e simultaneamente, está aprimorando esse sistema de representação gráfica.

Segundo o artista plástico e desenhista, Alberto Pinto, o desenho é um meio de comunicação. “Trata-se de uma forma de exteriorizar os sentimentos e de as pessoas retratarem seus pensamentos. O desenho é uma forma primitiva de comunicação e que, com o tempo, foi substituído pelas palavras”.

Outras condições do desenho são destacadas por Vygotsky (1989), para ele, o desenho é o registro do gesto, constituindo passagem do gesto à imagem, sendo assim, esta característica é referente à percepção da possibilidade de representar graficamente.

Lowenfeld (2006) é outro autor que ressalta a importância do desenho para o desenvolvimento da criança, seja como veículo de auto-expressão ou como de desenvolvimento da capacidade criativa e representativa.

Entretanto este trabalho tem uma definição específica para o conceito de desenho e é em concordância com Araújo e Souza:

(...) desenho deve ser entendido como aquele que pode gerar diferente significado; (...) resultado do processo de modelagem da imagem mental das coisas, no qual o indivíduo cego pode ampliar sua capacidade de representação, ou seja, percepção e interpretação, na sua relação com o mundo. (Araújo e Souza, 2008, p.72).

Estudos sobre o desenho da criança cega revelam que a primeira figura desenhada é um círculo, em que o próprio movimento do braço é o precursor natural do gesto que desenha e fecha a circunferência no espaço (Rudolf Arnheim 1980). Portanto, para que a criança cega consiga representar, através do desenho, um círculo, é necessário o reconhecimento do objeto que represente um círculo, a exemplo disso uma bola. Sobre isso Araújo e Souza ainda nos declaram que:

Decisivamente, para o indivíduo cego, os estereótipos condicionam o processo de percepção e de interpretação, mas também, propõem a geração de sentido das coisas não-sentidas. Em alguns casos, não é possível que aconteça a experimentação sensível da pessoa que não enxerga com alguns objetos. Por isso, entre outras justificativas, é que se pode compreender a importância do desenho, este obrigatoriamente em relevo, para o processo de aprendizagem e desenvolvimento intelectual do indivíduo com cegueira. (Araújo e Souza, 2008, p.73).

Nessa perspectiva, Amiralian (1997, p. 86) afirma que, os desenhos, seja de qualquer objeto, devem servir as pessoas cegas como elementos para adquirir o conhecimento e/ou reconhecimento dos objetos, ajudando-as na representação mental, como também, a conceituação do mundo externo.

Dessa maneira, ao se discutir a respeito da criança cega, faz-se necessário que se leve em conta o conhecimento do mundo através da mediação de outras pessoas que estão em seu convívio. É nesse processo de construção, que as informações concedidas por aqueles os quais convivem com essa criança, terá grande importância na formação de conceitos sobre os objetos.

Quando apresentamos um objeto para que aquele que não vê desenhe, além de permitir o toque no objeto, quando isso é possível, usamos também a fala para descrevê-lo. A descrição verbal é um recurso essencial para auxiliar, passo a passo, ou toque a toque, o reconhecimento do objeto pelo cego. (DUARTE, s/ data, p.14)

É importante ressaltar que, pelo fato da criança cega compreender o mundo com o uso dos outros sentidos, a percepção por meio destes pode ser mais ou menos apurada, levando-se em conta as circunstâncias e oportunidades que teve para aguçá-los. Nesse processo, todas as pessoas que convivem com essa criança, tem papel importante em seu desenvolvimento; oferecendo condições para seu crescimento como indivíduo, ou seja, torná-lo capaz de se desenvolver dentro da sua realidade, de suas potencialidades e de seus limites.

Sendo assim, apesar da criança cega estar condicionada às regras de percepção daqueles que enxergam e, por muitas vezes, relacionar-se com os objetos através dos estereótipos de um mundo prioritariamente visual, o cego tem uma maneira singular de perceber e interpretar o mundo, através de referenciais e coordenadas construtoras da sua imagem mental. Livros, revistas, material pedagógico, cardápios, entre outros instrumentos de comunicação podem também ser construídos levando em consideração a singularidade cognitiva e interpretativa daquele que não enxerga, e assim possibilitar a sua capacidade de interação com o outro e o seu entorno.

4. RELATOS DOS JOVENS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM E DO DESENHO

Nessa seção serão apresentadas as respostas dos jovens cegos congênitos sobre a maneira pela qual as crianças cegas congênitas constroem as imagens dos elementos existentes no meio em que estão inseridas, como também, elas conseguem realizar a tarefa de desenhar esses mesmos elementos, a partir das experiências vividas. Essa temática é de grande importância para a sociedade, pois estudos nesse campo, ainda são muito escassos, seja na área da psicologia, na área da educação e até mesmo na área clínica (ORMELEZI, 2000). Nesse sentido, julga-se importante abordar tais inquietações buscando o referencial da pessoa cega, sua maneira de representar os elementos ao seu redor, sustentando-se na ideia de que para se conhecer o desenvolvimento cognitivo da pessoa sem visão, deve-se perguntar aos próprios cegos, ao invés de buscar referenciais naqueles que possuem a visão perfeita.

4.1 A PESQUISA

Esta é uma pesquisa qualitativa, envolvendo jovens cegos congênitos que, por entender que a temática do trabalho está em compreender e entender como esses jovens, os quais não retêm experiência e/ou memória visual, mesmo que os mesmos tenham perdido a visão até os 5 anos de idade, já que essa é a idade, a qual os especialistas ainda consideram a criança com cegueira congênita, conseguem formar as imagens mentais e também produzir desenhos. A coleta de dados se deu através de entrevista estruturada, em que, os jovens entrevistados puderam falar livremente sobre suas impressões a respeito das questões. Essa coleta teve o intuito de obter informações que promovam debate acerca do objeto de estudo. Após este procedimento, as informações levantadas foram revisadas e organizadas, conforme sua natureza, agrupando-as em categorias de análises, que são elas: A construção da imagem, os recursos que auxiliam na construção da imagem, a influência das experiências cotidianas na construção da imagem, a importância do estímulo, a tarefa de desenhar, noção dos elementos abstratos, tais como, o sol, a lua, a nuvem etc.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma entrevista com três adolescentes cegos congênitos, ambos da rede estadual de ensino, no município de Salvador-BA. Os participantes da pesquisa são uma do sexo feminino e dois do sexo masculino, todos cegos congênitos. A menina nasceu cega, pois sua mãe teve rubéola congênita na gravidez, um dos meninos teve câncer na retina aos dois anos e o outro diz não saber a causa da deficiência, mas afirma que nasceu sem a visão. A idade deles varia entre 12 e 16 anos. Os três adolescentes possuem atendimento especializado, todos frequentam o Instituto de Cegos da Bahia desde os 6 anos de idade.

Esses participantes serão identificados pela letra “P” seguida de número, pois dessa forma, pode-se resguardar o sigilo das respostas. A menina será representada por P1 e os meninos por P2 e P3, respectivamente.

Visando ampliar o conhecimento sobre a realidade e sobre os fatos, foi feita uma pesquisa de campo que segundo Lakatos:

“... é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.” (LAKATOS, 1991, p.86)

A pesquisa de campo consegue aproximar o pesquisador da realidade, com a finalidade de observar e obter os dados que se deseja através da observação dos fatos e fenômenos como realmente acontecem.

O procedimento utilizado para a coleta dos dados se deu mediante a entrevista com os participantes deste estudo. As entrevistas foram realizadas na instituição especializada, a qual esses adolescentes possuem o atendimento especializado, citado anteriormente. Todas as três entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, pois assim, a descrição e a coleta dos dados ficariam fidedignas. A princípio aconteceu a apresentação do estudo para a diretora da instituição (Instituto de Cegos da Bahia), a fim de esclarecer o motivo da visita, bem como para solicitar e autorizar a participação dos sujeitos na pesquisa.

A respeito da técnica para a coleta dos dados escolhida, Lakatos (1991, p.195), traz a seguinte afirmação:

“A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a

coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.”

A entrevista foi estruturada, ou seja, foi realizada por meio de um roteiro previamente estabelecido (apêndice 1). O motivo da escolha desse tipo de entrevista se deu, pois assim, é possível obter dos entrevistados, respostas às perguntas, possibilitando que elas sejam comparadas.

A entrevista está dividida em dois blocos: o primeiro bloco diz respeito às informações pessoais dos adolescentes, como: idade, sexo, causa da deficiência, rede de ensino que estuda, instituição que frequenta etc. O segundo bloco está relacionado com as representações desses jovens cegos congênitos, como eles constroem as imagens mentais, como adquire noções dos elementos que não podem tocar, a exemplo da lua, qual canal sensorial que auxilia nas representações simbólicas, como aprendeu a desenhar, os mecanismos que eles utilizam para desenhar, e qual a importância de ter pessoas que os estimulem a conhecerem as coisas, a terem experiências concretas.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente ouvidas, transcritas e analisadas e, com isso, as respostas foram agrupadas de acordo com sua categoria.

4.3 AS ENTREVISTAS

O primeiro momento das entrevistas foi buscar informações particulares dos adolescentes, como o sexo, a idade, causa da deficiência etc. Ao serem indagados sobre como se daria à sua construção da imagem mental dos elementos existentes no mundo ao seu redor, os três jovens responderam dizendo que o tato, a textura dos objetos, a forma, o olfato, a audição contribuem muito para essa construção. Para ratificar essa colocação, a declaração de todos os entrevistados faz-se relevante:

“Quando toco as coisas, através do tato, a textura das coisas também faz parte, o olfato ajuda, a forma das coisas.” (P1)

(...) Quando eu toco um objeto, eu construo a imagem dele. O olfato, a audição, ajuda muito na construção da imagem e o cheiro também. Com eles eu faço associação das coisas (...). (P2)

(...) O tato, a audição, o olfato são importantes.” (P3)

Com essa afirmação pode-se perceber que a construção da imagem não é dependente apenas da visão, mas também, das experiências que proporcionem a criança cega explorar todos os outros sentidos sensoriais, como: a audição e o tato. Assim, a construção da imagem mental é realizada através dos outros sentidos de percepção. Nesse sentido, as falas dos entrevistados corroboram com a opinião de Damásio (2004) que, afirma que a imagem se dá a partir do conjunto das percepções sensoriais.

No que diz respeito as noções sobre os elementos que a criança cega não pode tocar a exemplo do sol, da lua etc, todos eles relatam que, passam a ter noção desses elementos que não pode tocar, ao manusear objetos em miniatura que os representem, por meio da descrição de outras pessoas, das sensações provocadas por essas coisas ou através de livros adaptados. Dessa maneira, é possível ser visto em todos os relatos descritos abaixo:

“O sol eu ainda sinto, sinto a quentura, o calor do sol. A lua eu já peguei numa meia lua de brinquedo, em um brinco que tem o formato. Eu conheço as coisas que não posso tocar através dos objetos feito para aquilo, daquele formato.” (P1)

“(…) no museu a gente vai e toca os objetos com o formato, que eles constroem o sol, a lua. O sol eu enxergo o claro, a claridade, e também da pra imaginar.” (P2)

“Os outros descrevendo mesmo. Eu tenho um livro em casa que tem figuras do sol, da lua, tem da estrela também.” (P3).

As falas dos entrevistados reforçam a importância da estimular a criança cega desde os primeiros dias de sua vida, o que foi discutido na seção anterior e, que esse estímulo deve vir associado as atividades do seu cotidiano, pois dessa a pessoa cega consegue estabelecer referências com o ambiente em que vive. Nesse sentido, com a resposta de um dos entrevistados é possível perceber o quanto é importante que aconteça essa intervenção.

“Eu não sei o que é um planeta, não tenho nenhuma imagem na mente, nunca me disseram qual é o formato do planeta.” (P3)

Tratando-se do desenho, todos responderam que aprenderam a desenhar com o alto relevo. Apenas um, além de ter contado que desenha em alto relevo, relatou que desenha a partir do

que o seu professor fala o que ele deve desenhar, além de ter afirmado que, anteriormente a esse aprendizado, ele desenhava o que lhe dava vontade.

“Aprendi a desenhar através do alto relevo.” (P1)

“Aqui eles botam um cordão no papel, aí fica em alto relevo e a gente desenha.” (P2)

“Eu aprendi de gaiato. Eu tinha mania de ficar desenhando um bocado de coisa. Aqui no instituto o professor fala mais ou menos como é e eu vou tentando fazer. E também tem o alto relevo.” (P3)

Piekas (2010) e Morais (2009) demonstram que, os materiais utilizados pelas pessoas cegas para desenhar são o molde vazado, o bloco lógico, papel, tinta, lápis, lixa, barbante e papel. Nesse sentido, pode-se notar a diversidade de materiais que o cego pode utilizar para realizar o desenho e assim conseguir representar as suas imagens mentais das coisas as quais ele conhece. Essas colocações acerca do aprendizado e dos materiais utilizados para desenhar, se confirmam com os relatos, respectivamente:

“Uso o molde vazado de papel ou de barbante, o bloco lógico.” (P1)

“É a tinta, o cordão e o papel. As vezes eu uso lixa.” (P2)

“Papel, lápis e lixa.” (P3)

Durante a entrevista foi perguntado, para eles, se as pessoas com quem os mesmos convivem o incentivavam a desenhar e qual a importância do desenho para eles e por quê. Todos disseram que são incentivados a desenhar e que o desenho era importante para eles expressarem como eles entendem o mundo que o cerca. Dessa maneira, seguem os relatos:

“Todo mundo me incentiva a desenhar, em casa também.” (P1)

“Incentivam. Aqui a gente tem aula de artes, e também desenho em casa” (P2)

“Todos me incentivam.” (P3)

“Sim, porque com o desenho eu posso mostrar o que eu sei das coisas.” (P1)

“É. Porque através do desenho mostro para as outras pessoas como imagino as coisas, como eu penso que as coisas são.” (P2)

“Pra mim é. Porque no desenho eu posso mostrar aquilo que eu imaginei das coisas.” (P3)

Com esses relatos, nota-se a importância do desenho para a criança cega, principalmente com cegueira congênita, uma vez que essa criança não possui nenhuma memória visual, e que somente com as experiências dos outros sentidos sensoriais e através das descrições feitas por videntes é que ela passa a ter noção sobre o mundo. E, por sua vez, o desenho é o principal mecanismo que essa criança possui, para conseguir expor como ela compreende o mundo.

Ao serem perguntados sobre a importância de outras pessoas o estimulando a terem experiências concretas e a conhecer as coisas do mundo, os três entrevistados disseram que é muito importante, pois com isso eles passam a conhecer as coisas, conseguem andar sozinhos na rua, ajuda na hora de fazer associação das coisas, por exemplo, o nome ao objeto.

Assim relataram:

“É muito importante. Porque aí a gente vai reconhecendo mais as coisas. Até na hora de andar na rua fica mais fácil.” (P1)

“É. Porque com a experiência concreta a gente passa a conhecer melhor as coisas.” (P2)

“É importante porque aí eu posso conhecer mais e mais.” (P3)

A partir dos relatos desses três adolescentes, pode-se perceber o quanto é necessário para o cego congênito a estimulação precoce, a exploração dos outros sentidos sensoriais e, principalmente a presença de pessoas que participem do processo de aquisição de conhecimento dessa criança, colaborando para que esse processo seja o mais eficaz possível.

Outra constatação é que com a análise dos relatos, conclui-se que todas as indagações aconteceram de acordo com os teóricos que trabalham com o tema. As respostas dos adolescentes foram coerentes com as perguntas e todos eles responderam muito naturalmente, transmitindo tranquilidade e certo conhecimento em relação ao que foi investigado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer considerações no que diz respeito ao presente trabalho, sem sequer ter a intenção de encerrar a discussão sobre o assunto, pois o debate sobre a pessoa cega e suas representações é bastante complexo e extenso. Isso porque, é possível assegurar que a compreensão do desenvolvimento da pessoa cega, ainda requer muitos estudos e pesquisas, por entender que esse é um tema que demanda mais aprofundamento pelos estudiosos da temática.

Ormelezi (2000), Damásio (2004), Cunha e Enumo (2003) demonstram a importância da representação para a pessoa cega, bem como da formação das imagens mentais e do desenho para o desenvolvimento do indivíduo, diante disso a pessoa cega não pode ficar privada de recursos, estratégias, estímulos e experiências que favoreçam a representação simbólica.

A análise dos dados, a partir dos relatos dos jovens afirma que, a construção da imagem não depende somente da visão, mas de todos os outros canais sensoriais, tais como, o tato, a audição, o olfato. Entretanto, o órgão mais citado por eles foi o tato, pois para eles, é esse canal de percepção, o principal elemento de comunicação entre eles e o objeto. Com isso, pode-se perceber que a imagem mental perpassa pelo conjunto das percepções sensoriais.

Ao observar os relatos sobre as noções construídas, no que dizem respeito aos elementos que, não podem ser tocados, a exemplo do sol, é possível compreender a importância da presença de pessoas que estimulem o indivíduo cego ao convívio com o ambiente e, que passem informações corretas e detalhadas sobre os elementos existentes no mundo, estabelecendo referências, uma vez que dessa maneira, a pessoa cega consegue estabelecer relações com as atividades do seu cotidiano.

Em relação ao desenho, no que se refere a tarefa de desenhar e os materiais utilizados, a exemplo, do bloco lógico, do molde vazado, da tinta, do lápis, da lixa, do barbante etc, os entrevistados corroboram com o que a literatura demonstra que, esses materiais são recursos que auxiliam a pessoa cega na tarefa de desenhar. Além de relatarem que através do desenho eles podem expressar tudo o que aprende e o que pensa sobre o mundo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o estudo realizado, demonstra que a representação é um dos recursos de expressão da pessoa cega, pois através da representação, essa pessoa poderá expor as suas sensações, impressões e compreensões das experiências vividas.

Contudo, este trabalho sugere a sociedade em geral que, para o desenvolvimento da pessoa cega, é importante que sejam proporcionadas experiências enriquecedoras, que o cego explore os seus canais perceptivos. Que as descrições feitas por terceiros, estejam ligadas ao cotidiano do indivíduo cego, como também, tenham significados, pois dessa maneira, ele pode estabelecer relações, que haja sempre estímulos contextualizados com o seu dia a dia.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALEGRE, Maria José. **A deficiência visual**. *Núcleo de Apoio à Deficiência Visual*, 2006.
- AMIRALIAN, M. L. T. M. **Compreendendo o Cego** - uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenho-estórias. São Paulo (SP): Casa do Psicólogo, 1997.
- ARAÚJO, Germana Gonçalves de; SOUZA, Rita de Cácia Santos. **A Representação do Objeto Não Visto no Processo de Aprendizagem da Pessoa com Cegueira** Revista da Fapese, v.4, n. 1, p. 65-78, jan./jun. 2008 Disponível em: http://www.fapese.org.br/revista_fapese/v4n1/artigo7.pdf. Acessado em 02 de set. 2010.
- ARAÚJO, Sheila Correia de. **O jogo simbólico da criança cega**. 2007. 148F. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- ARNHEIM, Rudolf. **Arte e Percepção Visual**. 1980. Editora Pioneira
- BOTELHO, Amanda Ribeiro. **O tratamento dos erros de ortografia em crianças não-videntes**. 2007. 51f. Monografia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Deficientes Visuais. **Forma de Professor – Deficiente Visual Educação e Reabilitação**, Brasília, 2002.
- BRUNO, M. M. G. **Deficiência visual**: reflexão sobre a prática pedagógica, São Paulo: Laramara, 1997. 124p.
- CAIADO, K. R. M. **Aluno Deficiente Visual na Escola – Lembranças e Depoimentos**. Campinas (SP): Autores Associados: PUC, 2003.
- CARDEAL, Márcia. **Imagem em Relevo: primeiros apontamentos sobre ilustração tátil em livros para crianças cegas**. S/ data Disponível em: <http://www.anpap.org.br/2008/artigos/114.pdf>. Acessado em 18 de set. 2010.
- COBO, Ana Delgado; RODRÍGUEZ, Manuel Gutierrez; BUENO, Salvador Toro. Desenvolvimento Cognitivo e Deficiência Visual. In:_____. **Deficiência Visual: aspectos psicoevolutivos e educativos**. São Paulo, Santos Editora, 2003, cap VI, p.97-115.

_____Aprendizagem e Deficiência Visual. In:_____. **Deficiência Visual: aspectos psicoevolutivos e educativos**. São Paulo, Santos Editora, 2003, cap VIII, p.129-144.

COHEN, H. **Neurociência para Fisioterapeutas**. 2 ed. São Paulo: Manolle, 2001.

CUNHA, A.C.B.; ENUMO, S.R.F. Desenvolvimento da Criança com Deficiência Visual (DV) e interação mãe-criança: Algumas Considerações. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v.4, n.1, p. 33-46, 2003.

DALL'ACQUA, M. J. C. *Estimulação da visão subnormal de uma criança no ambiente escolar: um estudo de caso*. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 1997.

DAMÁSIO, Antônio R. (1999) **O mistério da consciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DERDYK, E. **Formas de pensar o desenho – Desenvolvimento do grafismo infantil**. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2004.

DUARTE, M. L. B. **Imagens mentais e esquemas gráficos: ensinando desenho a uma criança cega**. Disponível em http://www.ceart.udesc.br/posgraduacao/mestradoartesvisuais/batezat_duarte_maria_lucia/blind_aveugles_cegos.swf. Acesso em 12 de set. 2010.

DUARTE, Maria Lúcia Batezat. **O desenho como elemento de cognição e comunicação: ensinando crianças cegas**. S/ data. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt16/t1612.pdf>. Acessado em 10 de out. 2010.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERREIRA, Sueli. **Imaginação e Linguagem no Desenho da Criança**. Campinas: Papirus: 1998.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira . **A pessoa cega no processo histórico**: um breve percurso. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, v. 30, p. 3-9, 2005. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=10028>> Acesso em: 02 de Nov. 2010.

GALVÃO, Nelma de Cássia Silva Sandes. **Inclusão de crianças com deficiência visual na educação infantil**. 2004. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

- JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. Papirus Editora: Campinas, 2005.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1991.
- LOWENFELD, B. Our blind children: growing and learning with them - Springfield, Illinois: Charles C. Thomas, 1971, Cap. X. Tradução disponível em 13 de abril de 2006: <http://www.drec.min-edu.pt/nadv/txt-principios.htm>. Acessado em 15 de set. 2010.
- MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MECLOY, E. P. *Psicologia de la ceguera*. Madrid: Editorial Fragua, 1974.
- MÈREDIEU, Florence. **O desenho infantil**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- MORAIS, Driele Fernanda Pedrozo. **Artes visuais para deficientes visuais: o papel do professor no ensino de desenho para cegos**. 2009. Disponível em: www.lerparaver.com/files/artes%20visuais%20para%20dv.pdf Acessado em: 12 de Nov. 2010.
- ORMELEZI, E. M. **Os caminhos da aquisição do conhecimento e a cegueira: do universo do corpo ao universo simbólico**. 2000. 203fls. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- PESSOTTI, I. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- PIAGET, J; INHELDER, B. **A psicologia da Criança**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand, 1993.
- PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- PIEKAS, Maria Ines. **Um estudo sobre 'elementos de desenho' usados na construção de esquemas gráficos infantis**. 2010. Disponível em: http://www.anpap.org.br/2010/pdf/ceav/mari_ines_piekas.pdf. Acessado em: 14 de out. 2010.
- PIGNATTI, Terisio. *O Desenho, de Altamira a Picasso*. São Paulo: Ed. Abril, 1981.
- PILLAR, A.D. **Desenho e construção de conhecimento na criança**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996.
- VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WIKIPÉDIA: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem>. Acessado em 07 de Nov. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A:

OFÍCIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA



Salvador, novembro de 2010.

Prezado (a) Senhor (a),

Solicitamos de V. Sa. a permissão para que a aluna Náira Santos Rocha possa obter informações sobre os alunos com deficiência visual no que tange ao mecanismo utilizado por elas para construir as representações mentais. O acesso a essas informações, através da entrevista realizada com as crianças, se faz necessário para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, mais especificamente monografia, que tem como tema: A criança cega e suas representações: a imagem mental e o desenho.

Esperando contar com a colaboração de V. Sa. no sentido de indicar duas crianças que atenda aos critérios da pesquisa e permitir uma conversa com as crianças e um dos responsáveis legais pelas mesmas. Agradecemos antecipadamente o solicitado, para obtenção das informações necessárias para a conclusão do trabalho.

Profª. Dra. THERESINHA GUIMARÃES MIRANDA

Ilmo.sr. (a).:

M. D. _____

NESTA

APÊNDICE B

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1- Nome:

1.2- Sexo () F () M

1.3- Idade:

1.4- Série:

1.5- Nome da escola em que estuda:

1.6- A escola é () Pública () Particular () Comunitária

1.7- Causa da deficiência

1.8- Frequenta alguma instituição no turno oposto

1.9- Em caso positivo. Qual?

AS REPRESENTAÇÕES

2. Como você constrói as imagens das coisas?

3. Como adquire noções do sol, da lua e de outras coisas que você não pode tocar?

4. Como aprendeu a desenhar?

5. De que maneira você desenha?

6. Quais os recursos que você utiliza para desenhar?

7. As pessoas com quem você tem contato (família, professores da escola e da instituição especializada) lhe incentivam a desenhar?

8. Você acha que a pessoa cega precisa desenhar? Por quê?

9. O que é necessário para que você consiga representar um objeto, tanto mentalmente, como através do desenho?